

O BANCO MUNDIAL E A UNESCO NO CONTEXTO DA CRISE SANITÁRIA DA PANDEMIA DE COVID-19: AS INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO, SAÚDE, APRENDIZAGEM E POBREZA E A AGENDA DA EDUCAÇÃO 2030¹

EL BANCO MUNDIAL Y LA UNESCO EN EL CONTEXTO DE LA CRISIS SANITARIA DE LA COVID-19: LAS INTERFACES ENTRE LA EDUCACIÓN, LA SALUD, EL APRENDIZAJE Y LA POBREZA Y LA AGENDA DE EDUCACIÓN 2030

THE WORLD BANK AND UNESCO IN THE CONTEXT OF THE HEALTH CRISIS OF THE COVID-19 PANDEMIC: THE INTERFACES BETWEEN EDUCATION, HEALTH, LEARNING AND POVERTY AND THE 2030 EDUCATION AGENDA



Ireni Marilene Zago FIGUEIREDO ²
e-mail: irenifigueiredo@hotmail.com



Giselle Cristina Martins REAL ³
e-mail: gisellereal@ufgd.edu.br

Como referenciar este artigo:

FIGUEIREDO, I. M. Z.; REAL, G. C. M. O banco mundial e a UNESCO no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19: As interfaces entre educação, saúde, aprendizagem e pobreza e a agenda da educação 2030. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024104, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19iesp.2.18670>



| **Submetido em:** 09/11/2023
| **Revisões requeridas em:** 17/01/2024
| **Aprovado em:** 08/03/2024
| **Publicado em:** 06/09/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Este artigo é resultado dos estudos do estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), especificamente com vinculação à linha de Políticas e Gestão da Educação, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Giselle Cristina Martins Real. A motivação dos estudos articulou-se ao projeto de pesquisa Trajetórias desde o global ao local em políticas de avaliação educacional na América Latina: um estudo internacional em rede, coordenado pelo Prof. Dr. Fabiano Antonio dos Santos, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O projeto integra grupos de pesquisa de 7 universidades: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS; Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD; Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul/UEMS; Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste; Universidade do Chile/Uchile – Chile; Universidade Distrital Francisco José de Caldas/UDistrital - Colômbia e Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social/CIESAS – México.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Cascavel – PR – Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia. Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA).

³ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS – Brasil. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e da Faculdade de Educação (FAED).

RESUMO: Os organismos internacionais tais como a UNESCO e o Banco Mundial cumprem papel de destaque na construção da agenda educacional global, o que torna relevante o desvelar de seus enunciados no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19, objetivo deste artigo. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa. Como resultado, identificou-se a convergência da UNESCO e do Banco Mundial no que se refere à defesa do direito à Educação de qualidade, inclusiva e equitativa; à proteção à saúde e ao bem-estar e à nutrição; aos grupos em situação de vulnerabilidade social; ao enfrentamento da crise/pobreza de aprendizagem; à insegurança alimentar, dentre outros, que compõem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da Educação 2030. Em síntese, observa-se a tendência de um discurso humanitário veiculado pelos Organismos Internacionais, o qual ganha legitimidade em prol da Agenda da Educação 2030.

PALAVRAS-CHAVE: Banco Mundial. UNESCO. Crise Sanitária da Pandemia de COVID-19. Agenda da Educação 2030.

RESUMEN: Los Organismos Internacionales, tales como la Unesco y el Banco Mundial, cumplen papel de destaque en la construcción de la agenda educacional global, situación que torna relevante el desvelar de sus enunciados en el contexto de la crisis sanitaria de la pandemia de COVID-19, objetivo de este artículo. Se trata de una investigación documental y bibliográfica, de abordaje cualitativo. Como resultado, se identificó la convergencia de la Unesco y del Banco Mundial con relación a la defensa del derecho a la Educación de calidad, inclusiva y equitativa; a la protección a la salud, al bienestar y a la nutrición; a los grupos en situación de vulnerabilidad social; al enfrentamiento de la crisis/pobreza del aprendizaje; a la inseguridad alimentar, entre otros, que componen los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) de la Agenda de la Educación 2030. En síntesis, se observa la tendencia de un discurso humanitario vehiculado por los Organismos Internacionales, lo cual conquista legitimidad en pro de la Agenda de la Educación 2030.

PALABRAS CLAVE: Banco Mundial. UNESCO. Crisis Sanitaria de la Pandemia de COVID-19. Agenda de la Educación 2030.

ABSTRACT: International organizations, such as UNESCO and the World Bank, play a prominent role in forming the global educational agenda, which makes the unveiling of their statements relevant in the context of the COVID-19 pandemic health crisis, the objective of this research. This is documentary and bibliographical research, with a qualitative approach. As a result, the convergence of UNESCO and the World Bank was identified regarding the defense of the right to quality, inclusive and equitable Education; protecting health, well-being, and nutrition; to groups in situations of social vulnerability; to the confrontation of the crisis/poverty in learning; food insecurity, among others, which make up the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Education Agenda. In summary, there is a tendency towards a humanitarian discourse conveyed by International Organizations, which gains legitimacy in favor of the 2030 Education Agenda.

KEYWORDS: World Bank. UNESCO. COVID-19 Pandemic Health Crisis. 2030 Education Agenda.

Introdução

A crise sanitária⁴, representada pela pandemia de COVID-19, uma doença causada pelo Coronavírus Sars-Cov-2, é uma crise conjuntural, própria do contexto histórico atual do capitalismo. Tal crise potencializou o impacto nas áreas da economia, da saúde, da educação, do social, entre outras. Ao contracenar com a continuidade da implementação de reformas educacionais, de dimensão neoliberal, no contexto da crise sanitária de COVID-19, vislumbra-se a tendência de um discurso humanitário veiculado pelos Organismos Internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial, o qual ganha legitimidade em prol dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da Educação 2030.

O artigo, organizado em três seções, visa responder a seguinte problemática: quais são os enunciados prescritos pela UNESCO e pelo Banco Mundial, no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19, sobre a Educação, a Saúde, a Aprendizagem e a Pobreza, tendo como referência a Agenda da Educação 2030?

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, em que se considera o documento como

[...] uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. [...] Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (Lüdke; André, 2018, p. 45).

Os documentos analisados têm origem na UNESCO e no Banco Mundial. Da UNESCO considerou-se os seguintes: Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Unesco (2015); Declaração de Incheon e Marco de Ação para a educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos Unesco (2016); Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO Inclusão e Educação: Todos, sem exceção (Unesco, 2020); e Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO Atores não estatais na educação: Quem Escolhe? Quem Perde? (Unesco, 2021; 2022).

⁴ Considera-se que o período da pandemia inicia em 30 de janeiro de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a infecção humana pelo novo Coronavírus como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional. (Observatório Fiocruz, 2022, p. 1) e o seu fim em 5 de maio de 2023, quando a própria OMS declarou o seu fim. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em 07 maio 2023.

Os documentos dos Banco Mundial são: Relatório Anual de 2020 do Banco Mundial: Apoiar os países em tempos sem precedentes (Banco Mundial, 2020); Relatório Anual de 2021 do Banco Mundial: Da crise à recuperação verde, resiliente e inclusiva (Banco Mundial, 2021); e Relatório Anual de 2022 do Banco Mundial: Apoio aos países em sua adaptação a um mundo volátil (Banco Mundial, 2022).

Crise conjuntural do capitalismo: A crise sanitária da pandemia de COVID-19

Para analisar os reflexos dos movimentos econômicos, políticos e internacionais, especialmente no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19, toma-se como referência a década de 1990, porque retrata o contexto de viabilização e implementação das políticas de ajuste de dimensão neoliberal, ainda em curso.

É interessante esclarecer, nesse sentido, que “[...] a novidade histórica da crise estrutural do capital” (Mészáros, 2002, p. 796) está localizada “[...] no contexto dos acontecimentos sociais, econômicos e políticos do século XX.” (Mészáros, 2002, p. 796). A diferença entre a crise estrutural do capitalismo e a crise não estrutural do capitalismo, pode ser analisada em termos simples e gerais:

[...] uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (Mészáros, 2002, p. 796-797. Grifo nosso).

Com a crise estrutural do capitalismo, manifestada de modo mais dramático a partir da década de 1970, é construída a ideologia da globalização. Os neoliberais, nesse sentido, sustentaram que as reformas configuram uma nova Era, a da globalização. Com isso, se afirmaram como os “[...] portadores da ‘verdadeira doutrina’ capitalista e empreendem reformas neste modo de produção em crise estrutural.” (Leher, 1998, p. 96). O conjunto de reformas estava, portanto, “[...] sedimentado na noção e nos pressupostos do neoliberalismo econômico, e os ajustes previstos eram considerados inadiáveis para o suposto desenvolvimento sustentável do país na era globalizada.” (Deitos, 2005, p. 72).

É nas décadas de 1970 e 1980 que as consequências da crise financeira internacional e da crise da dívida (1982) atingiram os países periféricos em decorrência da associação das crises monetário-cambiais de 1971 a 1973; da elevação do preço do petróleo (1973 e 1979); da ação unilateral dos EUA de elevar as taxas de juros (1979); da revalorização do dólar pelo Banco

Central Norte-Americano (1979); das eleições de Margareth Thatcher (1979) e de Helmut Kohl (1982), que respaldaram a decisão norte-americana para sustentar a retomada de sua hegemonia e iniciar uma das “restaurações conservadoras” mais extensas e radicais da história moderna (Fiori, 1997; Tavares; Fiori, 1997).

No processo de renegociação da dívida dos países periféricos, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e, particularmente, para a América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assumiram a liderança por meio de uma série de condicionalidades econômico-financeiras e políticas, circunscritas aos Planos de Estabilização e aos empréstimos para os ajustes estruturais (1980) e setoriais (1983) (Leher, 1998). É importante considerar, nessa direção, “que as políticas de ajuste fazem parte de um movimento de ajuste global, o que se desenvolve num contexto de globalização financeira e produtiva.” (Soares, 2002, p. 16).

Nesse raciocínio, cumpre considerar que a crise financeira que eclodiu mundialmente em 2007/2008 constitui uma das manifestações da crise estrutural do capital. Em consequência, o padrão neoliberal de acumulação de capital passou por uma importante crise em escala mundial, a partir de 2007/2008 (Reis; Macário, 2022).

Os sinais emitidos até o final de agosto de 2020 indicam que a posição do Banco Mundial frente à pandemia da COVID-19 não sinaliza alguma ruptura com a agenda neoliberal prescrita. Nesse sentido, o combate à pandemia no Brasil segue as prescrições do Banco Mundial que não questionam o receituário neoliberal, advogando a primazia normativa do ajuste fiscal (Pereira, 2020).

Um dos principais papéis assumidos publicamente pela UNESCO, pelo Banco Mundial e pela OCDE é a transferência de conhecimento educacional de ponta (Beech, 2012). O Banco Mundial, além de financiar projetos e programas, é um intelectual que, por meio de suas publicações, atua como “catalisador global” de conhecimento que, juntamente com os recursos financeiros, o “país cliente” recebe uma visão particular de educação. (Beech, 2012, p. 419). Ocorre que desde os anos de 1980, e com maior força a partir da Conferência de Jomtien (1990), a América Latina constitui um grande laboratório de reformas educacionais nas quais, o Banco Mundial, juntamente com outros Organismos Internacionais, tais como a Cepal, a Unesco e o BID, desempenha papel-chave (Vior; Cerruti, 2014, p. 132).

Os Organismos Internacionais, tais como a UNESCO e o Banco Mundial, cumprem papel de destaque no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19. A crise sanitária, representada pela pandemia de COVID-19, é uma crise conjuntural, já que é própria do

momento atual do capitalismo e que “deve passar, permitindo a continuidade da vida humana” (Saviani, 2020, p. 2).

Em 3 de fevereiro, dois anos depois, é possível constatar a dimensão do desastre, por meio dos números de casos e óbitos no mundo e no Brasil:

Para os casos, totalizava 388 milhões no mundo e 26 milhões no Brasil, correspondendo a 6,7% do total. Para os óbitos foram registrados 5,71 milhões no mundo e mais de 630 mil no Brasil, correspondendo a 11% do total. Enquanto no mundo a mortalidade por milhão de habitantes foi de 720, no Brasil ela alcançou 2.932, ou seja, 4 vezes maior, resultando em uma calamidade que afetou diretamente a saúde e as condições de vida de milhões de brasileiros. (Observatório Fiocruz, 2022, p. 1).

Em Genebra, na Suíça, em 5 de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em relação à COVID-19, declarou o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Tal decisão foi tomada pelo Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, que recebeu a recomendação do Comitê de Emergência encarregado de analisar periodicamente o cenário da doença (OMS, 2023)⁵.

Todavia, o anúncio do fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional não significa que a COVID-19 deixou de ser uma ameaça à saúde. Isso significa que a propagação mundial da doença ainda é caracterizada como uma pandemia. Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS, enfatizou que os países precisam fazer a transição do modo de emergência da COVID-19 junto com outras doenças infecciosas (OMS, 2023).⁶

Diante das crises globais, é possível constatar nos documentos dos Organismos Internacionais, tais como da UNESCO e do Banco Mundial, os enunciados que sinalizam para a proteção do Capital Humano, que integra as relações entre a Educação, a Saúde, a Aprendizagem e a Pobreza, acenando para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da Educação 2030, para que as metas globais da Educação sejam alcançadas, conforme será apresentado na próxima seção.

⁵ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em 07 maio 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em 07 maio 2023.

A Unesco e a agenda da educação 2030

No início dos anos de 1990 as reformas do Estado, da Educação e da Saúde foram viabilizadas, tendo como critérios a produtividade, a qualidade, a competitividade, a eficiência e a eficácia. Todavia, no final da referida década, ficou explícito que o viés economicista cedeu lugar a uma face humanitária, em que caberia a política educacional solucionar os “[...] problemas humanos mais candentes, em especial o problema da sobrevivência na sociedade atual.” (Evangelista; Shiroma, 2004, p. 2). Dos conceitos, enfatizam-se justiça, coesão social, equidade, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança, articulados pela ideia de que a sobrevivência de uma sociedade está relacionada aos laços de “solidariedade” que se constrói entre os indivíduos (Evangelista; Shiroma, 2004).

O *slogan* Educação para Todos foi preconizado na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien, Tailândia (Unesco, 1990); na Declaração de Dakar, Senegal (Unesco, 2000); e na Declaração de Incheon (2015), esta última visando “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Unesco, 2015, p. 1), sendo a UNESCO a responsável para indução e coordenação da efetivação da Educação 2030 – E2030, na América Latina e no Caribe.

O argumento relacionado ao *slogan* Educação para Todos partiu da constatação de que, ao longo das últimas décadas, ocorreu uma grande evolução, sobretudo nos países em desenvolvimento, nas matrículas, na retenção escolar e na igualdade de gênero na escola, resultado da operacionalização da diretriz “Educação para Todos”, definida na Conferência de Jomtien (1990), assim como dos esforços nacionais para alcançar os Objetivos do Milênio. (Pronko, 2014, p. 106).

Contudo, a ocorrência do deslocamento da Educação para Todos para Aprendizagem para Todos está vinculada a nova estratégia do Grupo do Banco Mundial para a Educação. Essa constatação encontra-se no documento denominado *Estratégia 2020 para Educação: Aprendizagem para Todos – Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento* (Banco Mundial, 2011), o qual considera que esses avanços, embora importantes, não são suficientes diante dos desafios contemporâneos, o que requer do Banco Mundial e de seus parceiros para o desenvolvimento uma nova estratégia de Educação para a próxima década (Pronko, 2014). Nesse contexto, para o Banco Mundial (2011), a educação constitui uma ferramenta central para o desenvolvimento e não deve ser considerada exclusivamente na perspectiva da escolarização, mas, especialmente e de forma estratégica, da aprendizagem. Nessa direção, o hiato que existe entre os anos de escolarização e os

conhecimentos e competências que os indivíduos precisam desenvolver devem contribuir com o crescimento econômico dos seus respectivos países. (Pronko, 2014, p. 106).

Nesse sentido, no século XXI vislumbra-se um discurso humanitário veiculado pelos Organismos Internacionais, o qual ganha legitimidade em prol da Agenda da Educação 2030. Então, destaca-se nesse processo que a UNESCO, junto com o UNICEF, o Banco Mundial, o Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (*United Nations Population Fund – UNFPA*), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a ONU Mulheres e a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), organizou o Fórum Mundial de Educação 2015, realizado em Incheon, na Coreia do Sul, entre 19 e 22 de maio de 2015.

Na *Declaração de Incheon e Marco de Ação para a educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos* a “[...] novidade da agenda da Educação 2030 é ela ser universal e pertencer ao mundo inteiro, tanto a países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.” (Unesco, 2016, p. 25).

No documento *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (Unesco, 2015), da UNESCO, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 169 metas associadas são integradas e indivisíveis. Busca-se mesclar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. A implementação da Agenda 2030 visa assegurar os direitos humanos de todos e respeitar as políticas e prioridades nacionais (Unesco, 2015).

Na Declaração de Incheon para a Educação 2030, o ODS-4 corresponde a Educação, que é concebida como um bem público e um direito humano fundamental, constituindo a base que garante a efetivação de outros direitos. Nesse sentido, torna-se essencial para a promoção da paz, da tolerância, da realização humana e do desenvolvimento sustentável, sendo reconhecida, portanto, como elemento-chave para atingir o pleno emprego e a erradicação da pobreza. No contexto de uma abordagem de educação ao longo da vida, a concentração dos esforços é para o acesso, a inclusão e a equidade, assim como para a qualidade e os resultados da aprendizagem (Unesco, 2016, p. 7).

Os dois Relatórios de Monitoramento Global da Educação da UNESCO, respectivamente *Inclusão e Educação: Todos, sem exceção* (Unesco, 2020) e os *Atores não estatais na educação: Quem Escolhe? Quem Perde?* (Unesco, 2021, 2022), reiteram que a Educação: Declaração de Incheon e Marco de Ação específica/determina que o mandato do Relatório de Monitoramento Global da Educação (Relatório GEM) é um mecanismo para orientar o monitoramento e a elaboração de relatórios sobre o ODS 4 e sobre educação nos

outros ODS propostos. A responsabilidade é a de informar sobre a implementação de estratégias nacionais e internacionais para ajudar os parceiros a se responsabilizarem por seus compromissos como parte do acompanhamento e da revisão geral dos ODS. (Unesco, 2020; Unesco, 2021; 2022).

No Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO *Inclusão e Educação: Todos, sem exceção (2020)* o compromisso assumido do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), de garantir ‘educação de qualidade inclusiva e equitativa’ e promover a aprendizagem ao longo da vida para todos, integra os esforços da Agenda 2030, de não deixar ninguém para trás. A Agenda 2030, ao prometer um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo, objetiva atender as necessidades dos que estão em maior desvantagem (Unesco, 2020).

No Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO *Atores não estatais na educação: Quem Escolhe? Quem Perde? (2021/2)* aborda-se a Agenda da Educação 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a crise sanitária da pandemia de COVID-19. Por isso, ainda que tenham ocorrido avanços importantes em relação ao “[...] desenvolvimento de um marco de ação de monitoramento e às metas determinadas pelos países [...] a pandemia da COVID-19 provocou grandes retrocessos nas duas frentes.” (Unesco, 2021; 2022, p. 21).

Na revisão do progresso em direção ao ODS 4, incluindo evidências emergentes sobre o impacto da crise sanitária da pandemia de COVID-19, convoca os atores não estatais para a intervenção em vários níveis educacionais e esferas de influência, assim como os governos que precisam considerar todas as instituições, estudantes e professores. O indicativo é que a Educação financiada com recursos públicos não precisa ser fornecida pelo governo, “[...] mas as disparidades nos processos educativos, os resultados dos estudantes e as condições de trabalho dos professores devem ser enfrentados.” (Unesco, 2021; 2022, p. 31).

É no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19 que o documento da UNESCO, *Cuando las escuelas cierran: El impacto de género del cierre de las escuelas por el COVID-19 (2022)*, ressalta que a UNESCO irá liderar e coordenar a Agenda da Educação 2030, em que foram delineados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em especial, o ODS 4-Educação 2030, tem por finalidade “[...] garantizar una educación inclusiva, equitativa y de calidad y promover oportunidades de aprendizaje durante toda la vida para todos.” (Unesco, 2022, p. 2).

No século XXI, os desafios anunciados nos documentos da UNESCO em relação a Agenda da Educação 2030, no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19, estão

relacionados a uma visão ampla de desenvolvimento. Nesse caso, contempla a relação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) e os demais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, dentre eles, o de garantir o direito à Educação de qualidade, inclusiva e equitativa; a promoção da aprendizagem ao longo da vida para todos; a concentração nos resultados da aprendizagem; a erradicação da pobreza; a segurança alimentar; a saúde; o emprego e o trabalho; e um mundo justo, equitativo e tolerante. Esse panorama humanitário também é constatado nos argumentos prescritos nos documentos do Banco Mundial em sua relação com a Agenda da Educação 2030, a seguir.

O Banco Mundial e a agenda da educação 2030

No Relatório Anual de 2020 do Banco Mundial *Apoiar os países em tempos sem precedentes* as tecnologias digitais são consideradas a “[...] vanguarda do desenvolvimento e oferecem uma oportunidade única para que os países acelerem o crescimento econômico.” (Banco Mundial, 2020, p. 56). Todavia, ressalta que no final de 2019 metade da população mundial não dispunha de acesso à *Internet*, a grande maioria das pessoas concentrada nos países em desenvolvimento. Adverte, por um lado, que a persistência de uma divisão digital poderia agravar as desigualdades, com a criação de uma nova classe de “pobres digitais”. Por outro lado, sinaliza que as tecnologias digitais também poderiam cumprir um papel indispensável na sustentação das atividades sociais e econômicas, durante a pandemia de COVID-19 (Banco Mundial, 2020).

No Relatório Anual de 2021 do Banco Mundial, *Da crise à recuperação verde, resiliente e inclusiva*, em destaque, *Transformação digital para impulsionar o desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo*”, expõe que a crise da pandemia de COVID-19 ocasionou mudanças significativas impulsionadas por tecnologias digitais, dentre elas, “[...] o teletrabalho, o ensino à distância, a telemedicina e a prestação *online* de serviços governamentais [...]”, mas, também, a maior dependência das tecnologias digitais expôs novos riscos e vulnerabilidades.” (Banco Mundial, 2020, p. 37).

O Relatório Anual de 2022 do Banco Mundial, *Apoio aos países em sua adaptação a um mundo volátil*, sinaliza que mesmo antes da pandemia de COVID-19, o mundo já enfrentava uma crise global de aprendizagem, sendo que no auge do fechamento das escolas, em abril de 2020, agravou a situação, afastando 94% dos alunos das salas de aula, sendo que “[...] pelo menos um terço das crianças em idade escolar no mundo todo – 463 milhões - não conseguiram frequentar a escola remotamente.” (Banco Mundial, 2022, p. 58). A probabilidade de retornar à

escola após a pandemia de COVID-19 torna-se menor para as meninas, alunos com deficiência e crianças mais novas, que enfrentaram barreiras significativas ao ensino remoto. (Banco Mundial, 2022, p. 58).

No Relatório Anual de 2020 do Banco Mundial um novo conceito foi apresentado pelo Grupo Banco Mundial na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019, a pobreza de aprendizagem, desenvolvida em estreita colaboração com o Instituto de Estatística da UNESCO. Nos países de baixa e média renda, a constatação sobre a taxa de pobreza de aprendizagem era de 53%, “[...] o que significa que mais da metade de todas as crianças de 10 anos não conseguia ler e entender uma história simples.” (Banco Mundial, 2020, p. 51). Com previsão da ação para consecução das metas do ensino para enfrentar essa crise, foi lançado uma nova meta global nas Reuniões Anuais de 2019 para reduzir a taxa de pobreza de aprendizagem pelo menos à metade, até 2030. (Banco Mundial, 2020). Para enfrentar a crise global de aprendizagem e proteger os mais pobres e vulneráveis, os Relatórios Anuais de 2021 e de 2022 do Banco Mundial, abordam o conceito de pobreza de aprendizagem, em que se refere as crianças com 10 anos de idade que não conseguem ler e entender um texto simples.

Dos desafios globais, “[...] apesar dos grandes avanços nas últimas décadas, o mundo não estava no rumo certo para alcançar o objetivo de erradicar a pobreza até 2030, mesmo antes do início da pandemia de COVID-19.” (Banco Mundial, 2020, p. 43). O ensino de baixa qualidade demonstrava a pouquíssima aprendizagem, sendo que as crianças e os jovens desfavorecidos apresentavam o pior acesso à escola, além das maiores taxas de evasão escolar e dos maiores *déficits* de aprendizagem. (Banco Mundial, 2020).

Nesse raciocínio, o que se vislumbra é que o contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19 põe em evidência a relevância de proteger o Capital Humano, que engloba a saúde, os conhecimentos, as capacidades, as habilidades, as qualificações, a resiliência e a nutrição que as pessoas acumulam ao longo da vida para atingir seu potencial (Banco Mundial, 2020; 2021; 2022). Por isso, é necessário que “cada criança cresça bem nutrida e pronta para aprender, alcance um aprendizado real na escola e entre no mercado de trabalho como um adulto saudável, qualificado e produtivo” (Banco Mundial, 2021, p. 58), ou seja, a proteção/formação do capital humano, torna-se, inclusive, condição para enfrentar a pobreza de aprendizagem.

O Banco Mundial (2020) sustenta que o investimento em Capital Humano eleva o potencial das pessoas tornando-as membros produtivos da sociedade, além de constituir um motor fundamental do crescimento econômico, da redução da pobreza e da prosperidade compartilhada. Como desdobramento, sinaliza para o investimento de forma eficiente e

equitativa na construção, proteção e mobilização de capital humano; pois assim os países “[...] estarão bem preparados para competir numa economia global que recompensa as habilidades cognitivas de nível mais elevado.” (Banco Mundial, 2020, p. 49).

No contexto da pandemia de COVID-19, os impactos sanitários, econômicos e sociais foram catastróficos em toda a América Latina e Caribe. Sobre o aumento dos riscos de saúde relacionados à COVID-19 elencou-se as taxas de mortalidade mais altas do mundo; os altos níveis de urbanização e informalidade e o envelhecimento da população. Da região, mais da metade das famílias relataram perdas de renda e 18 milhões de pessoas sofreram insegurança alimentar. Mais de 170 milhões de alunos foram afetados com o fechamento das escolas, com perdas de aprendizado estimadas em 1,7 ano. (Banco Mundial, 2021).

O Grupo do Banco Mundial expressa o impacto da pandemia de COVID-19 sobre a saúde e o bem-estar das pessoas, perdas de aprendizagem e mulheres e meninas enfrentaram um aumento na violência de gênero. Enfatiza que em 2020, próximo de 100 milhões de pessoas a mais foram levadas a situação de extrema pobreza. Em 2020, entre 720 milhões e 811 milhões de pessoas passaram fome, aproximadamente 161 milhões a mais que em 2019. Cerca de 1,6 bilhão de alunos ficaram sem aulas, devido ao fechamento das escolas, gerando perdas significativas de aprendizado. Com as interrupções nos serviços de saúde, muitas doenças não transmissíveis e evitáveis não foram tratadas (Banco Mundial, 2021).

O que se constata é que mesmo antes da pandemia de COVID-19, estimava-se que até dois terços dos extremamente pobres do mundo estariam concentrados em países afetados por fragilidade, conflitos e violência até 2030. Com a COVID-19, em 2020, cerca de 18 milhões a mais de pessoas foram levadas para ambientes frágeis e afetados por conflitos à pobreza extrema, assim como dobrou o número de pessoas com insegurança alimentar, chegando a 270 milhões globalmente. Além disso, o mundo enfrenta a maior crise de deslocamentos forçados da história, com mais de 82 milhões de pessoas fugindo de conflitos e violência. (Banco Mundial, 2021).

Em relação as mudanças climáticas que podem ampliar a condição de pobreza extrema, os riscos naturais, as pandemias e a insegurança alimentar, o Relatório Anual de 2022 do Banco Mundial, tendo como referência até 2030, sinaliza para as mudanças climáticas que podem deixar 132 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, sendo que até 2050 poderá causar o deslocamento de mais de 216 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. (Banco Mundial, 2022).

É possível constatar nos argumentos do Banco Mundial, no contexto da crise sanitária de COVID-19, a centralidade na condição de vulnerabilidade, ou seja, na condição de pobreza extrema das pessoas. Desse modo, os enunciados são concebidos como variáveis fundamentais para sustentação de uma visão humanista de Educação e de Saúde, com ênfase na proteção/formação de Capital Humano. As mudanças em curso, portanto, incorporam a defesa dos desafios relacionados ao enfrentamento da evasão escolar e da pobreza/crise de aprendizagem; as mudanças climáticas; a insegurança alimentar e a violência, dentre outros, preconizados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da Educação 2030.

Considerações finais

Este artigo tratou das articulações entre a Educação, a Saúde, a Aprendizagem e a Pobreza e a Agenda da Educação 2030, no contexto da crise sanitária da pandemia de COVID-19, especialmente por meio dos enunciados provenientes dos documentos da Unesco (2015; 2016; 2020; 2021; 2022) e do Banco Mundial (2020; 2021; 2022).

A configuração delineada nos documentos produzidos pela UNESCO e pelo Banco Mundial intensifica a convergência da centralidade em Educação, Saúde, Aprendizagem e Pobreza para formação/proteção do Capital Humano, na medida em que se sustenta, mesmo contracenando com a continuidade da implementação de reformas educacionais, de dimensão neoliberal, no contexto da crise sanitária de COVID-19, a defesa de proteção à saúde e ao bem-estar, aos grupos em situação de vulnerabilidade social; ao enfrentamento da evasão escolar e da pobreza/crise de aprendizagem; à insegurança alimentar; às mudanças climáticas e aos riscos naturais, dentre outros, que compõem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da Educação 2030.

Nesse raciocínio, as consequências da pandemia de COVID-19 são inerentes às preocupações da UNESCO e do Banco Mundial para reprodução da vida humana, por meio da proteção/formação do Capital Humano. Isso significa que as mediações entre Educação, Saúde, Aprendizagem e Pobreza são indissociáveis e, efetivamente, incorporam e dissimulam os objetivos socioeconômicos e políticos no contexto da crise sanitária.

Nos limites deste artigo foi possível identificar os enunciados que evidenciam e fundamentam proposições relevantes e que fornecem dados que podem subsidiar outros

estudos, inclusive do processo de implementação das reformas nas áreas da Educação e da Saúde num determinado contexto histórico.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento – resumo executivo.** Washington DC, 2011. Disponível em <https://documents1.worldbank.org/curated/en/461751468336853263/pdf/644870WP00PORT00Box0361538B0PUBLIC0.pdf> Acesso em: 24 abr. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2020 do Banco Mundial.** Apoiar os países em tempos sem precedentes. Washington, DC: Banco Mundial, 2020.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2021 do Banco Mundial.** Da crise à recuperação verde, resiliente e inclusiva. Washington, DC: World Bank, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2022 do Banco Mundial.** Apoio aos países em sua adaptação a um mundo volátil. Washington, DC: World Bank, 2022.

BEECH, J. O. Quem está passeando pelo jardim global? Agências internacionais e transferência educacional. *In*: COWEN, R.; KAZAMIAS, A. M.; UNTERHALTER, E. (org.). **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**, v. 1, 2012, Brasília, DF: UNESCO, CAPES, 2012. p. 413-435.

DEITOS, R. A. **O capital financeiro e a educação no Brasil.** Campinas, SP, 2005, p. 394. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2005.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. O combate à pobreza nas políticas educativas do século XXI. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais [...]** Coimbra, 2004. p. 2-17. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/OlindaEvangelista_EneidaShiroma.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza.** 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1998.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U, 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.

OBSERVATÓRIO COVID-19 FIOCRUZ. **Boletim Especial**. Balanço de dois anos da pandemia Covid-19, 2020-2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 07 maio 2023.

PEREIRA, J. M. M. A atuação do Banco Mundial ameniza ou piora o impacto da pandemia global? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00230620>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PRONKO, M. O Banco Mundial no campo internacional da educação. *In*: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV, 2014. p. 89-112.

REIS, L. F. DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO: dívida pública e o financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2013-2021). *In*: PELETTI, A. B.; REIS, L. F.; DEITOS, R. A. (org.). **Estado e políticas educacionais**. Curitiba: CRV, 2022. v. 2, p. 197-211.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Fundo público em disputa: gastos orçamentários do Governo Central com a dívida pública, as universidades federais e a ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). *In*: GONÇALVES, A. M.; ZANARDINI, J. B.; DEITOS, R. A. (org.). **Estado e políticas educacionais**. Curitiba: CRV, 2022. v. 1, p. 137-169.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020063, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação para todos: o compromisso de Dakar**. Dakar, Senegal: UNESCO, 2000.

UNESCO. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. UNESCO, 2015.

UNESCO. **Declaração de Incheon e Marco de Ação para a educação**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, DF, 2016.

UNESCO. **Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020**: Inclusão e educação: Todos, sem exceção. Paris, UNESCO, 2020.

UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação – Resumo 2021/2**. Atores não estatais na educação: quem escolhe? Quem perde? Paris, UNESCO, 2021.

UNESCO. **Cuando las escuelas cierran**: el impacto de género del cierre de las escuelas por el COVID-19. UNESCO, 2022.

VIOR, S.; CERRUTI, M. B. O. O Banco Mundial e a sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina (1980-2012). *In*: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. (org.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

Reconhecimentos: Agradecimento ao CNPq pelo apoio financeiro.

Financiamento: A pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq.

Conflitos de interesse: Não se aplica.

Aprovação ética: Por se tratar de pesquisa documental, não houve necessidade de passar por comitê de ética. Cumpre destacar que o trabalho respeitou a todos os padrões de ética empregados em pesquisas da área da Educação.

Disponibilidade de dados e material: Trata-se de documentos de acesso aberto.

Contribuições dos autores: O artigo é fruto de pesquisa de pós-doutoramento de Ireni Marilene Zago Figueiredo, responsável pela produção do artigo. Em co-autoria consta a supervisora do estágio do pós-doutoramento.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

